

Sumário

Prefácio, ix

- 1 Princípios constitucionais**, 1
- 2 Funções dos princípios constitucionais**, 5
 - 2.1 Conflito entre princípios constitucionais, 7
- 3 Importância basilar dos princípios constitucionais**, 9
- 4 Princípios constitucionais expressos e implícitos**, 11
- 5 Princípios constitucionais que regem a Administração Pública**, 13
- 6 Princípios constitucionais consagrados no artigo 37, *caput*, da Carta Magna**, 14
 - 6.1 Princípio da legalidade, 14
 - 6.2 Princípio da impessoalidade, 17
 - 6.3 Princípio da moralidade, 19
 - 6.4 Princípio da publicidade, 21
 - 6.5 Princípio da eficiência, 25
- 7 Outros princípios constitucionais que informam a gestão administrativa**, 28
 - 7.1 Princípio da finalidade, 28
 - 7.2 Princípio da igualdade, 29
 - 7.3 Princípio da supremacia do interesse público, 32
 - 7.4 Princípios da lealdade e boa-fé administrativa, 34
 - 7.5 Princípio da motivação, 35
 - 7.6 Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, 38
 - 7.7 Princípio da segurança jurídica, 41

7.8 Princípio da probidade administrativa, 43

7.9 Princípio do dever jurídico de boa gestão administrativa, 44

8 Princípios constitucionais – conclusões, 46

9 Princípios constitucionais setoriais relativos a interesses difusos que vinculam a atuação dos agentes públicos, 50

9.1 Do meio ambiente, 50

9.1.1 Princípio da obrigatoriedade da intervenção estatal, 52

9.1.2 Princípio da prevenção e precaução, 54

9.1.3 Princípio da cooperação, 56

9.1.4 Princípio do poluidor-pagador, 56

9.1.5 Do meio ambiente artificial, 57

9.1.6 Improbidade administrativa no exercício da tutela do meio ambiente, 62

9.2 Da criança e do adolescente, 63

9.3 Do idoso, 65

9.4 Das pessoas portadoras de deficiência, 67

9.5 Da educação, 70

9.6 Da saúde, 72

10 Ações e omissões dos agentes públicos que atentam contra os princípios da boa administração, 75

11 Atuação vinculada e discricionária, 78

11.1 Conclusões, 82

12 Conceito de discricionariedade administrativa, 83

12.1 Conclusões, 84

13 Discricionariedade administrativa decorrente da norma jurídica, 85

13.1 Conclusões, 86

14 Conceitos jurídicos indeterminados, 87

14.1 Conclusões, 92

15 Limites da atuação discricionária, 94

15.1 Limitação externa, 94

15.2 Limitação interna, 96

15.3 Conclusões, 99

16 Discricionariedade administrativa e atuação do Ministério Público, 101

16.1 Conclusões, 103

17 Controle da discricionariedade administrativa pelo Poder Judiciário, 105

17.1 Conclusões, 111

18 Conclusão final, 112

Bibliografia, 113